



COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
S/A CAPITAL FECHADO
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2023

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores e Senhoras Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito na Companhia neste período.

Desempenho Operacional - Qualidade do Fornecimento:

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC foi de 7,49 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor - FEC foi 10,35.

É importante destacar que a entrada do fenômeno "EL NIÑO" no segundo semestre de 2023, provocou ondas de calor e tempestades tropicais que afetaram o desempenho da CHESP no que se diz respeito à qualidade do serviço e assim, houve uma piora nos DEC e FEC de 2023 em relação aos de 2022.

O índice de perdas em 2023 foi de 4,36%, o melhor índice em sua história!!!

Em 2023, a CHESP manteve seu plano de combate as perdas de energia com ações de prevenção e recuperação da receita, com foco na identificação de ligações clandestinas, fiscalização e manutenção de equipamentos de medição.

Desempenho Operacional - Mercado Consumidor:

A Companhia encerrou 2023 com um aumento de 1,24% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2022, crescimento orgânico.

Consumidores	2022	2023	Var. %
Residencial	30.683	31.175	1,6
Comercial	3.407	3.450	1,2
Industrial	53	53	-
Rural	4.599	4.538	-1,3
Poderes Públicos	467	484	3,6
Iluminação Pública*	10	10	-
Serviço Público	66	66	-
Consumo próprio	11	11	-
Total	39.301	39.792	1,24

coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da ABNT ISO 9001, versão 2015. Em 2023, a Companhia certificou, conforme a NBR ISO 9001:2015, o processo de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente, em atendimento à REN N.º 1.000 da ANEEL.

Desempenho Financeiro - Investimentos:

Em 2023, os investimentos foram na ordem de R\$ 19,05 milhões sendo: em expansão do sistema elétrico adicionado ao ativo imobilizado em serviço R\$ 4,60 milhões, em curso na linha de distribuição em 69KV Rialma a Itapaci R\$ 7,19 milhões e na ampliação e melhoria da SE Rialma R\$ 7,26 milhões.

Desempenho Financeiro - Resultado Líquido:

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 5,45 milhões.

Desempenho Socioambiental:

Em 2023, a Chesp manteve as iniciativas de sustentabilidade e prevenção de impactos ao meio ambiente por meio da gestão de resíduos sólidos, com a destinação de todos os resíduos sólidos recicláveis, não recicláveis e perigosos, oriundos da prestação do serviço, tais como resíduos de obras, sucatas metálicas, plásticos, porcelanas, vidros, etc. para empresa especializada na destinação ambientalmente correta.

A Chesp apoiou, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura - "Lei Goyazes" (Lei nº 13.613/2000), os projetos: "Festona Festival Cia Novo Ato" da proponente Michelly Suzana, "Ilha dos Ilú" da proponente Mandra Filmes, "Quero Ser Palhaço" da proponente Sem Nome Cia de Teatro, "A Galinha Geralda" da proponente Ana Maria Cordeiro Silva e "Il Dodance Mostra de Dança" do proponente Gerfan Andrade Veiga de Rialma, e, por meio da Lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o Projeto: "Dodance - Mostra Cultural de Dança", de Rialma/GO, projeto com o objetivo de produzir trabalhos de arte utilizando a dança como sua fonte de referência.

Agradecimentos:

Aos nossos acionistas, consumidores, fornecedores, agradecemos mais uma vez a confiança. Aos nossos colaboradores, agradecemos por se dedicarem imensamente a uma atividade essencial para todos - a distribuição de energia elétrica.

Em 2024, continuaremos focados na geração de valor para todos os acionistas, sempre atuando de forma sustentável, agregando valor para todos os fornecedores, comunidades onde atuamos e principalmente todos consumidores e colaboradores.

Ceres, 31 de dezembro de 2023.

Ricardo de Pina Martin

Diretor Presidente

O fornecimento de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2023 em 136.931 MWh, representando um aumento de 7,4% em comparação a 2022. Já o fornecimento aos clientes livres apresentou redução de -1,1% no ano.

Mercado atendido	2022	2023	Var. %
Fornecimento - MWh			
Residencial	54.779	61.650	12,5
Comercial	25.055	27.250	8,7
Industrial	9.719	9.673	-0,4
Rural	22.065	21.577	-2,2
Poderes públicos	5.790	6.661	15,0
Iluminação pública	5.124	5.233	2,1
Serviço público	4.685	4.700	0,3
Consumo próprio	180	187	3,8
Total - mercado cativo	127.397	136.931	7,4
Clientes livres	7.840	7.749	-1,1
Balanco Energético - Energia requerida - MWh	2022	2023	Var. %
Venda de energia	127.397	136.931	7,4
Fornecimento	127.397	136.931	7,4
Total de energia injetada	143.483	149.752	4,3
Perdas Rede de Distribuição (kWh) E. Consumida	9.869	6.535	-33,7
Perdas rede de distribuição %	6,88	4,36	-36,6

A Companhia continuou com a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência em 2023, tais como ações de comunicação junto aos consumidores (pré-aviso de corte), envio de SMSs e disponibilização de canais digitais de pagamento.

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de

BALANÇO SOCIAL:

1 - BASE DE CÁLCULO

	2023	2022
1.1 - Receita Líquida (RL)	84.091	73.600
1.2 - Resultado Operacional (RO)	9.260	8.010
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	7.957	7.072

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	2023			2022		
	Valor	% Sobre % Sobre	RL	Valor	% Sobre % Sobre	RL
2.1 - Alimentação	1.308	16,44%	1,56%	1.158	16,37%	1,57%
2.2 - Saúde	345	4,34%	0,41%	219	3,10%	0,30%
2.3 - Educação	72	0,90%	0,09%	36	0,51%	0,05%

4 - CORPO FUNCIONAL

4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício	123	122
4.2 - Escolaridade dos empregados:		
Superior com extensão universitária	40	37
Ensino Médio	73	75
Ensino Fundamental	5	6
Outros	4	4
4.3 - Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	26	27
de 30 até 45 anos	55	55
acima de 45 anos	42	40
4.4 - Nº Admissões durante o exercício	11	17
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa	29	25
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)	7,0	8,0
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)	13,3	12,5
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa	3	3
4.7 - Aposentadoria	1	3
4.8 - Portadores de deficiência física	2	3
4.9 - Dependentes (ir) dos empregados	136	126
4.10-Estagiários	1	2
4.11-Relação entre a maior e menor remuneração	11,6	12,1
4.12- Acidente de Trabalho sem afastamento	1	10
4.13- Acidente de Trabalho com afastamento	1	2

	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	288	3,62%	0,34%	317	4,48%	0,43%
2.5 - Gratificação de Férias	205	2,58%	0,24%	209	2,96%	0,28%
2.6 - Outros Benefícios	177	2,22%	0,21%	219	3,10%	0,30%
	2.395	30,10%	2,85%	2.158	30,51%	2,93%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	% sobre RO		RL	% sobre RO		RL
3.1 - Tributos	24.548	265,10%	29,19%	28.080	350,56%	38,15%
	24.548	265,10%	29,19%	28.080	350,56%	38,15%

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):	60.573			62.054		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69,76% governo	17,31% colaboradores	4,25% acionistas	73,37% governo	14,99% colaboradores	6,84% acionistas
	3,93% terceiros		4,75% retidos	1,43% terceiros		3,36% retidos

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais)				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais)			
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Legislação	Societária			Legislação	Societária	
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.935	3.347	Fornecedores	17	8.146	5.894
Consumidores	5	13.077	9.832	Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.208	1.207
Concessionárias e permissionárias	6	99	109	Encargos de dívidas		130	62
Depósitos judiciais e cauções	7	90	862	Tributos	19	2.780	1.502
Subvenção CDE	8	1.009	711	Provisão litígio trabalhista		0	0
Ativos financeiros setoriais	8	1.188	2.363	Dividendos e juros sobre o capital próprio		537	719
Tributos compensáveis	9	1.571	1.439	Empréstimos e financiamentos	20	4.002	2.531
Parcelamentos com órgãos públicos	10	203	199	Obrigações estimadas com pessoal	18	717	686
Parcelamento com consumidores	11	527	436	Encargos setoriais	21	1.628	2.853
Serviços em curso	12	584	2.132	Passivos regulatórios	22/23	2.602	5.302
Outros ativos circulantes	13	2.664	1.791	Outros passivos circulantes		1.150	1.323
Almoxarifado operacional		713	671				
Despesas pagas antecipadamente	14	74	12				
Total do Ativo Circulante		31.735	23.903	Total do Passivo Circulante		22.901	22.078
NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	9	1.695	1.277	Empréstimos e financiamentos	20	24.456	7.772
Cauções e depósitos vinculados		1.668	5.701	Provisão para litígios	23	9.902	9.902
Parcelamento com órgãos públicos	10	169	372	Passivos financeiros setoriais		2.189	1.720
Parcelamento com consumidores	11	75	167	Incentivos fiscais	24	118	118
Adiantamento incentivos fiscais		12	12	Outros passivos não circulantes		2	4
Outros ativos não circulantes	15	1.668	1.668				
Bens e direitos para uso futuro		1	1	Total do Passivo Não Circulante		36.668	19.516
Despesas pagas antecipadamente	14	139					
Ativo financeiro da concessão	16	36.444	18.879	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	16	34.963	34.462	Capital social	25	23.381	23.381
		71.408	53.341	Reservas de capital	25	8.403	7.416
Total do Ativo Não Circulante		76.834	62.537	Reservas de lucros	25	17.215	14.048
TOTAL DO ATIVO		108.568	86.439	Total do Patrimônio Líquido		49.000	44.845
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Valores em milhares de reais)				(Valores em milhares de reais)			
	Legislação	Societária			2023	2022	
	Nota	2023	2022				
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				Atividades Operacionais			
Fornecimento de energia elétrica	30	108.589	103.113	Recebimentos de consumidores	102.881	107.564	
Encargos de conexão		472	394	Recebimento uso mútuo postes	1.245	1.675	
Outras receitas	30	10.801	9.834	Recebimento CCEE/repasses CDE	8.641	7.866	
		119.862	113.341	Outros ingressos	3.027	3.337	
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta				Pagamentos a fornecedores	(9.561)	(6.528)	
ICMS		(15.543)	(20.015)	Pagamentos a pessoal	(13.516)	(11.511)	
PIS		(1.597)	(1.429)	Pagamentos energia elétrica comprada	(40.877)	(40.057)	
COFINS		(7.356)	(6.573)	Pagamentos outras despesas	(1.545)	(1.085)	
ISS		(51)	(63)	Caixa gerado pelas operações	50.295	61.261	
Bandeira tarifária		-	-	Juros pagos	(1.146)	(358)	
Taxa de fiscalização		(119)	(110)	Tributos	(26.377)	(31.667)	
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(10.355)	(10.881)	Taxas regulamentares	(14.020)	(13.301)	
Pesquisa desenvolvimento e eficiência energética		(749)	(671)	Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(3.951)	(3.838)	
		(35.771)	(39.742)	Fluxo de caixa antes item extraordinário	(45.495)	(49.164)	
Receita Operacional Líquida	30	84.091	73.600	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.800	12.098	
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Custo com Energia Elétrica				Compra do ativo imobilizado	(17.745)	(10.997)	
Energia elétrica comprada para revenda	32	(39.199)	(33.713)	Juros recebidos	247	0	
Encargos de conexão, transmissão e distribuição		(9.401)	(8.471)				
Custo de Operação				Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(17.498)	(10.997)	
Pessoal e administradores		(12.457)	(10.946)	Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras			
Materiais		(1.621)	(1.668)	Recebido por empréstimos e financiamentos	32.860	-	
Serviço de terceiros		(6.549)	(6.234)	Aplicação financeira de longo prazo	-	(398)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	(106)	Amortização de empréstimos e financiamentos	(11.105)	(3.900)	
Depreciação e amortização		(3.907)	(3.572)	Dividendos/juros sobre o capital próprio	(2.469)	(3.374)	
Outras despesas	33	(1.696)	(880)				
		(26.231)	(23.406)	Caixa líquido consumido nas atividades financeiras	19.286	(7.672)	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		9.260	8.010	Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	6.588	(6.571)	
Receita de construção da infraestrutura da concessão	35	4.605	5.222	- Saldo da conta caixa no início do exercício	3.347	9.918	
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	35	(4.605)	(5.222)	- Saldo da conta caixa no fim do exercício	9.935	3.347	
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		(171)	(149)	Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	6.588	(6.571)	
RESULTADO DO SERVIÇO		9.675	10.476	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	36						
Receita financeira		2.917	3.473				
Despesa financeira		(2.331)	(858)				
		586	2.615				
RESULTADO OPERACIONAL		9.675	10.476				
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		9.675	10.476				
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.048)	(1.104)				
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		8.628	9.372				
IMPOSTO DE RENDA		(2.886)	(3.043)				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		5.742	6.329				
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:							
Participações	29	(288)	(317)				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.454	6.012				
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$		1.6725	1.8437				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de reais)
Legislação Societária**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2021	23.381	1.054	1.787	4.220	1.114	9.235	0	40.792
Ajuste VOC/VNR -	-	-	-	-	-	1.295	-	1.295
Remuneração sobre o capital próprio	-	354	-	-	-	-	-	354
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6.012	6.012
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos -	-	-	-	-	-	-	(3.609)	(3.609)
Reserva legal -	-	-	-	-	301	-	(301)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	2.103	(2.103)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2022	23.381	1.409	1.787	4.220	1.414	12.633	0	44.845
Ajuste VOC/VNR -	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração sobre o capital próprio	-	987	-	-	-	-	-	987
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.454	5.454
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos -	-	-	-	-	-	-	(2.286)	(2.286)
Reserva legal -	-	-	-	-	273	-	(273)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	2.895	(2.895)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2023	23.381	2.396	1.787	4.220	1.687	15.527	0	49.000

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em milhares de reais)**

	Legislação Societária	
	2023	2022
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	119.862	113.341
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	(106)
Outras receitas (despesas) operacionais	(171)	(149)
	119.691	113.086
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	(48.600)	(42.184)
Materiais e serviço de terceiros	(8.170)	(7.901)
Outros gastos operacionais	(1.504)	(849)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(58.274)	(50.934)
(=) Valor Adicionado Bruto	61.418	62.152
(-) Depreciação e amortização	(3.903)	(3.572)
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	57.515	58.580
Receitas financeiras	3.059	3.473
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	60.573	62.054
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	7.316	6.543
Encargos sociais (exceto INSS)	594	507
Auxílio alimentação	1.308	1.158
Convênio assistencial e outros benefícios	989	788
Participação nos resultados	279	308
	10.486	9.304
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	15.543	20.015
PIS/COFINS	9.533	8.002
INSS (sobre folha de pagamento)	1.971	1.642
Imposto de renda e contribuição social	3.933	4.147
Encargos do consumidor	11.223	11.662
Outros impostos, taxas e contribuições	51	63
	42.256	45.530
Juros e variações monetárias	2.331	858
Aluguéis	47	32
Financiadores	2.378	890
Dividendos e participações	2.574	4.243
Lucros retidos	2.880	2.086
Acionistas	5.454	6.329
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	60.573	62.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2023 e 31.12.2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o **Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL**, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL Nº049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à

transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 25 de abril de 2024. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 27/03/2024.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, contabilizadas com base no regime de competência e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almoxarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Ativo Imobilizado e Depreciação

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastramento e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa

Componente	2023	2022
Aplicações no mercado aberto	8.349	2.479
Contas bancárias à vista	921	375
Numerário em trânsito e caixa	665	493
Total	9.935	3.347

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 - CONSUMIDORES

5.1 - Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2023 foram totalizadas 39.792 unidades consumidoras faturadas, número 1,2% superior ao de 2022 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	Var.%	2023	2022
Residencial	1,6	31.175	30.683
Industrial	-	58	58
Comercial	1,2	3.450	3.407
Rural	-1,3	4.538	4.599
Demais classes	3,0	571	554
Total	1,2	39.792	39.301

A CHESP registrou um aumento da ordem de 7,4% em seu mercado consumidor, fornecendo 136.931 MWh de energia elétrica em 2023 (127.397 MWh em 2022).

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	Var.%	2023	2022
Residencial	12,5	61.650	54.779
Industrial	-0,4	9.673	9.719
Comercio e serviços	8,7	27.250	25.055
Rural	-2,2	21.577	22.065
Poder Público	15,0	6.661	5.790
Iluminação Pública	2,1	5.233	5.124
Serviço Público	0,3	4.700	4.685
Consumo próprio	3,8	187	180
Total - mercado cativo	7,4	136.931	127.397
Cientes livres	-1,1	7.749	7.840

Consumidores - circulante

Fornecimento	2023	2022
Faturado	7.756	5.187
Não faturado	4.360	3.566
Parcelamentos a receber	652	842
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(154)	(18)
Serviços cobráveis	26	21
Juros e multas s/faturas a receber	181	125
Outros créditos/débitos	256	109
Total	13.077	9.832

Consumidores - Contas a receber

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2023	2022
Residencial	607	2.619	(95)	5	(7)	3.129	1.960
Residencial baixa renda	36	207	-	-	-	243	174
Industrial	616	434	-	45	-	1.095	889
Comércio e serviços	557	856	(22)	23	(8)	1.406	971
Rural	547	651	(4)	1	-	1.195	821
Poder público	520	155	(1)	171	-	845	783
Iluminação pública	198	24	-	-	-	222	192
Serviço público	300	-	-	-	-	300	247
Subtotal	3.381	4.946	(122)	245	(15)	8.435	6.037
Fornecimento não faturado	4.360	-	-	-	-	4.360	3.566
Serviço taxado/ diversos	298	138	-	-	-	436	247
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(57)	(97)	-	-	-	(154)	(18)
Total	7.982	4.987	(122)	245	(15)	13.077	9.832

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor classe	A vencer Até 60 dias (Faturado)	Vencidas Até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Rene-negociados	PCLD	Total	
								2023	2022
Residencial	607	2.436	28	27	127	5	(101)	3.129	1.960
Residencial Baixa Renda	36	200	1	1	5	-	-	243	174
Industrial	616	42	19	50	323	45	-	1.095	889
Comércio e serviços	557	676	8	20	152	23	(30)	1.406	971
Rural	547	593	15	10	33	1	(4)	1.195	821
Poder Público	520	143	-	1	10	171	-	845	784
Iluminação Pública	198	24	-	-	-	-	-	222	192
Serviço Público	300	-	-	-	-	-	-	300	247
Serviço Taxado/ Diversos	297	119	7	13	-	-	-	436	246
Compensação DIC/FIC/DMIC	(56)	(94)	-	-	(4)	-	-	(154)	(18)
Total	3.622	4.139	78	122	646	245	(135)	8.717	6.266

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.
- A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.



NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2023	2022
Encargos de uso da rede elétrica	43	54
Outros créditos - reembolso gastos operacionais	56	55
Total	99	109

NOTA 7 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Componentes	2023	2022
Depósitos judiciais cíveis	47	8
Capitalização em custódia contrato NOS - RB	43	854
Total	90	862

NOTA 8 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/22	Adição	Amortização	Saldo 31/12/23	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	2.363	5.408	(6.583)	1.188	215	973	1.188
CVA - Energia comprada	(1.371)	1.640	(1.256)	(987)	(796)	(191)	(987)
CVA - PROINFA	597		(895)	(298)	(298)	-	(298)
CVA- Transporte energia rede básica	1.007	1.779	(1.012)	1.775	1.096	679	1.775
CVA- Transporte energia rede Itaipu	99	264	(109)	254	167	87	254
CVA-Encargos serviço de sistema - ESS	377	576	(370)	584	324	260	584
CVA - CDE	336	73	(810)	(401)	(428)	27	(401)
Outros - descTusd livre e financeiros	1.317	1.075	(2.131)	261	150	111	261
Neutralidade da parcela A	(164)	349	(252)	(67)	(67)	-	(67)
Sobrecontratação	151	235	(153)	234	217	17	234
Outros ativos financeiros	1.329	491	(1.726)	94	-	94	94

DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

CDE descontos tarifários	514	6.809	(6.488)	835		835	835
Diferença mensal de receita Baixa Renda	197	1.129	(1.152)	174		174	174
CDE modicidade eletrobrás	-	247	(247)	-		-	-
Total	711	8.185	(7.887)	1.009		1.009	1.009

NOTA 9 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	1.122	1.695	762	1.277
ICMS s/Demanda e Baixa renda a recuperar	449	-	449	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	228	-
Total	1.571	1.695	1.439	1.277

NOTA 10 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	2023			2022	
	Amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamentos Prefeitura de Carmo do Rio Verde Processo 53591751620218090028	11/21 a 10/25	203	169	199	372
Total		203	169	199	372

Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento 2021

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado através do Processo 5359175-16.2021.8.09.0028, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de 2017, 2018 e saldo devedor de parcelamento de 2016;

NOTA 11- PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES

	2023			2022	
	Amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento processo 201502005918	07/18 a 10/23	527	75	436	166

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia

NOTA 12 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2023	2022
- Serviço Próprio	578	2.128
ODS Serviço Próprio	361	252
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	217	1.876
ODS - Serviço Terceiros	6	4
- Total	584	2.132

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2023	2022
Adiantamento a empregados/fornecedores	80	86
Fornecedores Proinfa/adiantamento	121	123
Prefeituras Municipais	24	24
Fatura aluguel de postes	1.570	1.180
Crédito com partes relacionadas	700	-
Alienação/Desativação em curso	2	22
Ativos e passivos regulatórios	56	56
Créditos vendas de veículos	50	257
Outros	61	43
Total	2.664	1.791

NOTA 14 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	73	139	11	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	74	139	12	-

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbi.

NOTA 16 - ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

Ativos Financeiros da concessão

Os ativos financeiros indenizáveis referem-se à parcela não amortizada, até o final de concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos, não amortizados, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Componente	2023	2022
Ativo Financeiro	36.444	18.879
Ativo Intangível	34.963	34.462
Total	71.408	53.341

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Direito de concessão (infraestrutura)	2023		2022	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	99.398	(64.434)	34.963	34.462
Em curso	36.444	-	36.444	18.879
Total do intangível	135.842	(64.434)	71.408	53.341

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

Obrigações especiais	2023	2022
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	9.882	9.876
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.438
Outras ajuste contabilidade Soc/Reg	511	511
(-) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(11.045)	(9.968)
TOTAL	3.857	4.928

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados

NOTA 17 – FORNECEDORES

Fornecedores	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	5.034	-	3.936	-
Encargos de uso da rede elétrica	999	-	759	-
Materiais e serviços	2.113	-	1.199	-
Total	8.146	-	5.894	-

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2023	2022
Folha de pagamento líquida	363	338
Tributos retidos na fonte	263	230
Participações nos lucros e resultados	577	634
Outras	4	4
Total	1.207	1.206

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2023	2022
Provisão de férias e encargos sociais	717	686
- Total	717	686

NOTA 19 – TRIBUTOS

Impostos e Contribuições	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.098	-	353	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	587	-	431	-
INSS	350	-	156	-
PIS/COFINS	568	-	444	-
Outros	177	-	118	-
Total	2.780	-	1.502	-

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Operação	Juros% aa/am	Encargos de dividas	2023				2022			
			Principal		Encargos de dividas	Principal		Encargos de dividas		
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante			
Moeda Nacional										
BB Financiamento LD 69kv Rialma a Itapaci e Ampliação SE-Rialma	10,00aa	-	-	12.886	-	-	-	-	-	-
ITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064	4,799aa	90,4	1.764	5.279	55	1.928	-	7.042	-	-
CEF Capital de GIRO08.2512.737.0000214	13,08aa	24,3	1.400	5.600	-	-	-	-	-	-
BBD/FINAME TRAF0 25MVA Contr: 6026904	4,5aa	0,4	97	-	1,3	167	-	98	-	-
BBD/FINAME ReligadorAutomatContr: 6039826	4,42aa	0,1	22	-	0,4	52	-	22	-	-
BBD/FINANC TRAF0 FORÇA 10 MVA Contr. 6060995	6,15aa	0,4	66	17	0,8	66	-	83	-	-
BBD/CCB RELIGADOR AUT TRIF: Contr.6070707	5,15aa	0,4	34	50	0,6	34	-	84	-	-
CCB-BBD Financ.CamVW 17230-Contr:2909477187	11,17aa	0,2	55	32	0,3	55	-	87	-	-
BBD/FINAME REGULADOR TENSÃO Contr: 6055798	11,42aa	0,1	30	2	0,9	30	-	32	-	-
Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	-	-	-	24	-	-	-	-
CCB-BBD Financ.Fiat TORO-Contr:3631543120	18,57aa	0,9	32	-	0,9	64	-	32	-	-
CCB-BBD Financ.Fiat TORO-Contr:3608667560	12,55aa	-	-	-	0,2	4	-	-	-	-
BBD - Contr.6094498-Religador Automático Trifásico	8,97aa	1,0	50	122	0,9	50	-	172	-	-
BBD - Contr.6094501-Regulador Tensão AutMonof	8,97aa	0,6	28	68	0,5	28	-	96	-	-
BcoVWDCD-273690 - Saveiro ROBUST	18,72aa	0,2	24	-	0,2	29	-	24	-	-
Total moeda nacional		119,0	3.602	24.056	62	2.531		7.772		
Operação - Moeda Estrangeira										
BBD Capital de Giro-US-20231019000068	13,99aa	-	400	400	-	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira			400	400						
TOTA GERAL EMP.FINANC.		119,0	4.002	24.456	62	2.531		7.772		

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Componente	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Valor da amortização anual	7.394	5.983	2.995	2.447	1.611	4.026	24.456
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	TOTAL
%			95,9		2,8	1,37	100
Operação	Aplicação			Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB Financiamento LT 69kv Rialma/Itapaci e SE-Rialma	Linhas e Redes e Subestação			10,00%aa	TJLP	04/2024 a 03/2032	12.886
ITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064	Linhas e Redes - Subestação			4,79%aa	TJLP	07/2022 a 07/2028	7.042
CEF-CAPITAL GIRO08.2512.737.0000214	Capital de Giro			13,08%aa	Outros	07/2024 a 12/2026	7.000
BBD CAPITAL GIRO-US-20231019000068	Capital de Giro			13,99%aa	US	01/2024 a 10/2025	800
BBD/FINAME-Contr:6026904 Trafo 25MVA	Linhas e Redes - Subestação			4,5%aa	TJLP	02/2019 a 07/2024	98
Bradesco-Contr. 6094498	Religador automático			8,97%aa	TJLP	12/2021 a 05/2027	172
Bradesco-Contr. 6094501	Regulador de tensão			8,97%aa	TJP	12/2021 a 05/2027	96
Bradesco-Contr. 6070707	Transformador de Força 10 MVA			6,15%aa	TJLP	11/2020 a 04/2025	84
Bradesco-Contr. 2909477187	Caminhão VW 17230			11,27aa	Outros	08/2020 a 07/2025	88
Bradesco-Contr. 6060995	Trafo de Força de 10MVA/SE			5,15%aa	TJLP	02/2021 a 07/2026	83

Mutações de Empréstimos e Financiamentos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2021	1.635	10.154
Ingressos/Capitalizações	847	92
Amortização	(2.425)	-
Transferências	2.474	(2.474)
Saldo em 31/12/2022	2.531	7.772
Ingressos/Capitalizações	13.457	20.686
Amortização	(14.188)	-
Transferências	2.202	(4.002)
Saldo em 31/12/2023	4.002	24.456

Ingressos/Capitalizações 2023: referem-se a financiamento construção LD 69kv Rialma/Itapaci, ampliação SE Rialma e capital de giro

NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2023	2022
Taxa de Fiscalização	11	9
Pesquisa e Desenvolvimento	629	370
FNDCT	58	25
MME	28	12
Recursos a recolher/aplicar	543	333
Programa de Eficiência Energética	812	2.409
PROCEL	139	102
Recursos a aplicar Recursos a aplicar	673	2.293
Conta de desenvolvimento energético - CDE	104	-
Bandeira Tarifária	72	65
Total	1.628	2.853

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS REGULATÓRIOS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/22	Adição	Amortização	Saldo 31/12/23	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva							
CVA energia	(18)	193	-	175	-	175	175
CVA - PROINFA	-	193	-	193	-	193	193
Neutralidade da parcela A	(18)	-	-	(18)	-	(18)	(18)
Demais Passivos Financeiros Setoriais		3.104	(511)	2.593		2.593	2.593
Tributos compensado 2020/21	5.503	416	(6.085)	(166)	(166)	-	(166)
Escassez hídrica/CDE modic.elerrobrás	3.452	-	(3.452)	-	-	-	-
	2.051	416	(2.633)	(166)	(166)	-	(166)
Total	5.485	3.713	(6.596)	2.602	(166)	2.768	2.602

NOTA 23 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 100013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANAPOLIS/GO, Crédito Habilitado nos termos do Despacho Decisório acima mencionado; do valor homologado pela Receita Federal de R\$ 6,744 milhões, foi considerado em sua totalidade como componente negativo nos financeiros da revisão tarifária de 2021 e no reajuste tarifário de 2022.

NOTA 24 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2023	2022
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	2023			2022		
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
Total	3.260.982	-	23.381	3.260.982	-	23.381

Em 31 de dezembro de 2023 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$ 15,02 (2022 - R\$ 13,75).

Reservas de Capital	2023	2022
Agio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	2.396	1.409
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	8.403	7.416

Reservas de Lucros	2023	2022
Reserva legal	1.687	1.415
Reserva para investimentos	15.528	12.633
Total	17.215	14.048

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil 2.895 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

Serviços	2023		2022	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	169	2.047	75	1.941
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	114	1.323	161	955
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	11	134	19	110
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	10	182	7	114
TOTAL	304	3.686	262	3.120

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda - ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas

e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão - AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais de limpeza e conservação em prédios e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 831 de 25 de março de 2021, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2023. Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

to contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 27 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2023	2022
Lucro líquido do exercício	5.454	6.012
(-) Constituição de reserva legal	(273)	(301)
Lucro líquido ajustado	5.181	5.711
Dividendos propostos	(1.295)	(1.428)
(-) Dividendos intermediários	(2.286)	(3.609)

NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2023, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$ 240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 29 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 288 mil para empregados a título de Participação nos Lucros - PL e R\$ 288 mil para diretores (PL-2022 - R\$ 317 mil e R\$ 317mil respectivamente).

NOTA 30 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO

CLASSE	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Residencial	31.175	30.683	61.650	54.779	49.078	47.535
Industrial	58	58	9.673	9.719	9.227	9.002
Comércio e serviços	3.450	3.407	27.250	25.055	22.273	22.157
Rural	4.538	4.599	21.577	22.065	15.260	14.363
Poder Público	484	467	6.661	5.790	5.377	4.969
Iluminação Pública	10	10	5.233	5.124	2.399	2.699
Serviço Público	66	66	4.700	4.685	3.357	3.430
Consumo Próprio	11	11	187	180	-	-
(=) Fornecimento faturado	39.792	39.301	136.931	127.397	106.971	104.155
Fornecimento Não Faturado					794	(483)
Fornecimento de energia elétrica	39.792	39.301	136.931	127.397	107.765	103.672

Descontos tarifários e equilíbrio da redução tarifária - aportes CDE

Modicidade Eletrobrás - aporte CDE

Subsídio baixa renda

Encargos de conexão de agentes de geração

Renda da prestação de serviço

Serviço taxado

Compartilhamento de infraestrutura

CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios

Fornecimento diferimento ou devoluções

Outras receitas

Outras receitas operacionais

Total da receita operacional bruta

Deduções da receita operacional

ICMS

PIS

COFINS

ISS

Conta de desenvolvimento energético - CDE

Programa de P&D e eficiência energética

Bandeira tarifária

Taxa de fiscalização

Total deduções da receita operacional

Receita operacional líquida

	6.808	3.828
	247	2.067
	1.128	1.056
	472	394
	764	512
	203	179
	1.653	2.000
	1.291	(1.827)
	(469)	1.267
	-	193
	12.097	9.669
	119.862	113.341
	(15.543)	(20.015)
	(1.597)	(1.429)
	(7.357)	(6.573)
	(51)	(63)
	(10.355)	(10.881)
	(749)	(671)
	-	-
	(119)	(110)
	(35.771)	(39.742)
	84.091	73.600

*crescimento de mercado de 7,4% no ano

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 31 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2023	2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	10.355	10.881
Taxa de fiscalização - ANEEL	119	110
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	749	671
Proinfa	1.478	1.792
Total	12.701	13.454

NOTA 33 – OUTRAS DESPESAS

Componentes	2023	2022
Arrendamento e aluguéis	47	32
Seguros	43	137
Tributos	199	207
(-) Recuperação de despesa	(253)	(218)
Taxa arrecadação	426	330
Taxas bancárias	25	20
Tarifas CCEE	13	12
Transgressões DIC/FIC/DMIC	763	97
Mensalidades associativas	19	17
Custeio conselho de consumidores	53	47
Consumo próprio energia elétrica	157	166
Indenizações por perdas e danos	144	1
Outras	60	32
Total	1.696	880

NOTA 32 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2023	2022	2023	2022
COPEL Geração e Transmissão S/A	83.826	70.982	16.251	13.008
Cotas de Garantias Físicas / Recontabilização	28.792	36.370	8.033	7.717
Eletrobrás - Cotas demanda Itaipu	25.466	24.850	5.492	7.235
Eletronuclear - Cotas de energia nuclear - Angra	4.924	4.644	1.668	1.588
Programa Incentivo às Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA CCEAR-C	2.828	2.915	1.478	1.792
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	278	276	57	57
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	(2.603)	(2.466)
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	-	-	10.155	9.196
Energia microgeração	-	-	(754)	(725)
Total	146.114	140.037	48.600	42.184

NOTA 34 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LIQUIDAS

Componentes	2023	2022
Ganhos na alienação de bens e direitos	67	49
Perdas na desativação de bens e direitos	(238)	(198)
Total	(171)	(149)

NOTA 35 – RECEITA/DESPESA DE CONSTRUÇÃO DA INFRA ESTRUTURA DA CONCESSÃO

Componentes	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura da concessão	4.605	5.222
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(4.605)	(5.222)
Refere-se a receitas e custos com construção da infraestrutura adicionada ao ativo imobilizado em serviço em 2023 e 2022.		

NOTA 36 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2023	2022
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.251	1.350
Renda de aplicação financeira	1.431	1.586
Juros de parcelamentos	63	76
Atualização de ativos regulatórios	283	626
Outras receitas financeiras	31	4
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(142)	(169)
Total	2.917	3.473
Despesas Financeiras	2023	2022
Encargos carta de fiança	53	110
Encargos das dívidas de curto prazo - juros/ioc/iof	81	59
Encargos das dívidas de curto prazo - empréstimos e financiamentos	1.392	422
Multas sobre impostos e contribuições sociais	172	19
Variação monetária de passivos regulatórios	597	225
Outras despesas financeiras	36	23
Total	2.331	858
RESULTADO	586	2.615

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 37 - SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de 01 Transformador de Força de 07/10 MVA, 04 Transformadores e 03 religadores automáticos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Bradesco seguros	Proposta: (33097051/31949031/1130744)	28/02/22 a 13/10/23	1.126	26

NOTA 38 - ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual - RTA - 2023

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 3.281, de 21 de novembro de 2023, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em 4,71% (quatro virgula setenta e um por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2023 a 21 de novembro de 2024, assim composto:

Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual	-1,58%
CVA em processamento: energia, transporte e encargos setoriais	0,08%
Saldo a compensar CVA-ano anterior + ajustes	-0,37%
Neutralidade parc.A: energia, transporte, encargos setoriais e receita irrep. irrep.	-2,51%
Sobrecontratação/exposição de energia	0,25%
Previsão do risco hidrológico	4,09%
Reversão do risco hidrológico	-3,59%
Financeiro CDE modicidade Eletrobrás	-0,04%
Ajuste TUSDg	0,14%
Neutralidade de créditos de Pis/Cofins	0,36%
Efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-2,06%
Efeito da variação dos subsídios da Lei nº 14.299	2,69%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores (com Lei 14.299)	4,71%

Participação dos itens das Parcelas A e B na composição da receita anual da concessionária.

Reajuste Tarifário	Encargos Setoriais	Custos de Transmissão	Custos de aquisição de energia	Custo de Distribuição	Total
de 2023	20,2%	11,1%	31,4%	37,3%	100,0%

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2026. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 39- BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita												2023	2022	
Mês	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	95	98	97	101	98	96	95	97	88	88	84	91	1.128	1.056

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2023 se apresenta no valor de R\$ 174 (2022 - R\$ 197).

NOTA 40 - OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 39.792 unidades consumidoras, sendo 31.175 da classe residencial, 4.538 da classe rural, 3.450 da classe comercial e 629 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária.

No exercício de 2023, foi fixada a bandeira tarifária verde para todos os meses do ano, portanto não houve cobrança de bandeira tarifária no período.

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2023

COMPANHIA HIDROELÉTRICASÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina de Pina Martin Presidente
Patricia de Pina Martin Conselheira
Raúflin Gonçalves de Souza Conselheiro

Antonio Luiz de Pina Neto Conselheiro
Rodolfo de Podestá Martin Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo de Pina Martin Diretor Presidente
Carolina de Podestá Martin Santana Diretora Administrativo-Financeira

Raúflin Gonçalves de Souza Diretor Técnico-Comercial

Anicésio Vicente de Almeida Segundo
Contador CRC/GO Nº018872/O-0
CPF 017.359.271-63

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP
Ceres - GO
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos

fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

" Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

" Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

" Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

" Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

" Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 09 de abril de 2024.



Antônio César da Silva
Contador - Mestre em Controladoria
CRC-RS 043890-O-9
CVM AD 17.595 - Registro 12840
www.acscontab.com.br

Protocolo 453075

RODRIGUES DE OLIVEIRA E CIA LTDA

CNPJ: 01.572.882/0001-22, localizada na Rua 07, Qd.04 Lt/Módulo 24, nº 270, Distrito Agroindustrial de Senador Canedo - Goiás, CEP 75.252-310, torna público que recebeu da Agência Municipal de Meio Ambiente - AMMA de Senador Canedo, a Licença Ambiental de Operação, para atividade fim de Fabricação de Móveis com predominância de madeira.

Protocolo 453006

A ARENA ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL torna público que **CONFECÇÕES GOODTIME LTDA**, portadora do CNPJ: 03.830.917/0001-01, requereu à SEMMA - Anápolis, a emissão da Licença Ambiental de Funcionamento para atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida; Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, localizado na Rua Dr. Alfredo Fleury, Nº 330, Jardim Alexandrina - Anápolis - GO.

Protocolo 453012

JOÃO VILELLA LISBOA FILHO E OUTROS, CPF: 850.113.048-68, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ivolândia - SEMMA, a Licença Ambiental de Exploração Florestal - Corte de Árvores Isoladas sem Emissão de DOF nº 011/2024 com validade de 26/03/2026 para atividade de Corte de Árvores Isoladas, na Fazenda Matinha, município de Ivolândia - GO.

Protocolo 453021

LEANDRO CARDOSO MENEZES, CPF: 412.221.991-49, torna público que requereu da SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ivolândia-GO, a Licença Ambiental para Corte de Árvores Isoladas Sem Emissão de DOF, sob o Processo: 2396/2024, na Fazenda Campo Redondo, Município: Ivolândia-GO. 09 de abril de 2024.

Protocolo 453044

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A **SBA TORRES BRASIL, LIMITADA** inscrita no CNPJ: 16.587.135/0001-35, torna público que requereu a SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Aparecida de Goiânia, as licenças Prévia e de Instalação para atividade de Telefonia Móvel Celular (BR83043-B), no endereço Rua Antônio Elias, S/N, Quadra 33, Lote 01 Setor Serra Dourada, Aparecida de Goiânia/GO.

Protocolo 453091

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A **SBA TORRES BRASIL, LIMITADA** inscrita no CNPJ: 16.587.135/0001-35, torna público que requereu a SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Aparecida de Goiânia, as licenças Prévia e de Instalação para atividade de Telefonia Móvel Celular (BR83046-B), no endereço Rua Leo Lynce de Araujo, quadra 17, lote 13, Vila São Jorge, Aparecida de Goiânia/GO.

Protocolo 453092

ROGÉRIO ALVES DIAS, "INSTITUTO DA SAÚDE CENTRO DE ESPECIALIDADES", cujo CNPJ é: 23.677.415/0001-08, torna público, que requereu à SEMMUS (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo) de Anápolis Goiás, o pedido de concessão de Licença Ambiental LF, para exercer atividades de CLÍNICA ODONTOLÓGICA. No referido endereço, sito à: Rua Sete de Setembro, Nº 844, Sala 206, 2º andar, Setor Central, Anápolis- Goiás.

Protocolo 453107

JOSÉ NIVANDO LOIOLA COELHO, CPF nº. 240.930.413-34, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Silvânia-GO-SEMMA, a Licença Ambiental de Instalação nº016/2024 e Licença Ambiental de Funcionamento nº017/2024 ambas com